



Amamentação

Políticas Públicas para Promoção e Apoio ao Aleitamento Materno no Brasil: Semana Mundial da Amamentação

Luciano B. Santiago¹, Roberto G. Chaves², Márcia C. C. Romano³, Joel A. Lamounier³

¹ Universidade Federal do Triângulo Mineiro e Universidade de Uberaba

² Universidade de Itaúna

³ Universidade Federal de São João del-Rei

O aleitamento materno é recomendado até os dois anos ou mais, sendo os primeiros seis meses de forma exclusiva, pelos seus benefícios à saúde materno-infantil. A sua continuidade aos 12 meses pode variar segundo fatores socioeconômicos, cuja compreensão é essencial para orientar políticas públicas. No Brasil, os indicadores de aleitamento materno aumentaram nas últimas décadas, porém, ainda abaixo do recomendado pela OMS/UNICEF. Assim ainda é importante continuar com ações e programas de promoção e apoio ao aleitamento materno.

A partir dos anos 60 políticas públicas foram implementadas no Brasil com ações e medidas para reverter o declínio da amamentação. A partir dos anos 70 observou-se uma mudança como importante papel de pediatras e profissionais de saúde no sentido de reverter as baixas taxas de aleitamento materno. Alojamento conjunto e em 1981 o PNIA Program Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno foram etapas importantes o resgate do aleitamento materno no Brasil.

Foram criadas várias Políticas de Promoção, Proteção e Apoio ao AM, entre outras, incluindo a regulamentação do marketing para comercialização de produtos alimentares para criança, licença maternidade ampliada para 6 meses com a empresa cidadã, intensificação da divulgação pela mídia destas políticas e a própria Semana Mundial da Amamentação. O apoio relacionado com capacitação de profissionais de saúde, bancos de leite, suporte para mulheres em amamentação. Destacam-se eixos estratégicos da política de atenção integral a saúde da criança (PNAISC), Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). A operacionalização das políticas ocorre por meio da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, Guia Alimentar da População Brasileira, Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), NBCAL, Cuidado Canguru, Rede Bancos de Leite. Agosto Dourado lei 13435/2017.

Diversas ações programáticas tem contribuído para a melhoria dos indicadores de aleitamento materno no Brasil. A amamentação proporciona um futuro promissor não apenas para as crianças, mas também para as sociedades. Contribui para reduzir custos com saúde, estimula o desenvolvimento cognitivo, fortalece as economias e proporciona às crianças um início de vida saudável e um adulto com saúde com expectativa de vida até os cem anos.

A Semana Mundial da Amamentação é celebrada todos os anos na primeira semana de agosto, promovida pela OMS, UNICEF, Ministérios da Saúde e parceiros da sociedade civil em todo o mundo. Em 2025 foi proposto pela OMS o slogan "[Começos Saudáveis, Futuros Esperançosos](#)". Historicamente, a Sociedade Brasileira de Pediatria e Sociedade Mineira de Pediatria participam ativamente da Semana Mundial da Amamentação desde o seu início em 1992.

A semana Mundial da Amamentação surgiu em 1991 como uma proposta da WABA - *World Alliance for Breastfeeding Action* em 1991. com a finalidade de proteger e promover o aleitamento materno. Suas ações foram definidas pela "Declaração de Inocenti" com a criação dos "dez passos para o sucesso do aleitamento materno" constituindo as bases para a IHAC Iniciativa Hospital Amigo da Criança, dentro das estratégias globais da WABA. O Brasil participou da reunião promovida pela OMS em 1990 em Florença na Itália, onde foi elaborado este importante documento, a "Declaração de Inocente" citada (que o Brasil é signatário), que cobrava dos países participantes, a implantação oficial de políticas nacionais de incentivo ao AM.

A SBP está inserida no contexto da Semana com o tema é "Priorizemos a amamentação: construindo sistemas de apoio sustentáveis". Na semana terá destaque especial o apoio contínuo para mulheres e crianças que necessitam do sistema de saúde durante o aleitamento materno. Enfocar e fortalecer ações de apoio e informações necessárias para mulher amamentar por mais tempo, com investimentos na capacitação e aconselhamento em amamentação, observar e aplicar o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno. Também criar condições favoráveis ao aleitamento em casa e no trabalho para o apoio as mulheres em lactação. Importância no fortalecimento dos sistemas de saúde para apoiar a amamentação. Não é apenas um imperativo de saúde, é um imperativo moral e econômico.

OMS e o UNICEF permanecem comprometidos em apoiar os países na construção de sistemas de saúde resilientes com capacidade de incluir universalmente mãe e criança. Neste contexto é fundamental o investimento no sistema de saúde e enfatizam os seguintes pontos estratégicos:

- *aumentar as dotações orçamentárias nacionais para programas de amamentação;*
- *garantir investimento adequado em cuidados maternos e neonatais equitativos e de qualidade, incluindo serviços de apoio à amamentação;*
- *integrar o aconselhamento e o apoio à amamentação aos serviços de saúde materno-infantis de rotina, incluindo cuidados pré-natais, de parto e pós-natais;*
- *garantir que todos os prestadores de serviços de saúde estejam equipados com as habilidades e os conhecimentos necessários para apoiar a amamentação, inclusive em situações de emergência e humanitárias;*
- *fortalecer os sistemas de saúde comunitários para fornecer a todas as novas mães apoio contínuo e acessível à amamentação por até dois anos ou mais; e*
- *proteger a amamentação, garantindo que o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno seja aplicado em todas as unidades e sistemas de saúde.*

Refletindo e concluindo: amamentação deve ser vista como um alicerce poderoso para a saúde, o desenvolvimento e a equidade ao longo da vida. As políticas públicas em conjunto devem ser constantemente monitoradas e reforçadas pelos diferentes setores da sociedade e instituições governamentais visando garantir as melhores condições para prática do aleitamento materno bem sucedido, exclusivo até seis meses e complementado até dois anos ou mais.